

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.366 - RS (2019/0329691-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : MARINA ELISABETE ARAÚJO
ADVOGADOS : DENISE RIBEIRO DENICOL - RS058519
ANDRÉ AVELINO RIBEIRO NETO E OUTRO(S) -
RS006815
CARLA LUCIANA DOS SANTOS - RS048290
ANDRE DIAS RIBEIRO - RS071544
AGRAVADO : BRASKEM S/A
ADVOGADO : NATÁLIA CEPEDA FERNANDES E OUTRO(S) - RS084762
AGRAVADO : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : FLÁVIO RICARDO COMUNELLO - RS052311
FABIANO CASTILHOS DE MATTOS E OUTRO(S) -
RS060168
AGRAVADO : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : GEORGE DE LUCCA TRAVERSO E OUTRO(S) - RS016578
DEMETRIUS ADRIANO DA SILVA CARVALHO -
RS057770
GILDA RUSSOMANO GONÇALVES DOS SANTOS -
RS065395
BONNIA ACOSTA VINHOLES - RS075901

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA PATROCINADORA. DECISÃO AGRAVADA QUE INADMITIU O APELO NOBRE APONTANDO A CONFORMAÇÃO DO ARESTO RECLAMADO COM TESE FIRMADA EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RESP N. 1.370.191/RJ (TEMA 936/STJ). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO. NÃO CABIMENTO NESSE PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. DEMAIS ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO DO AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO COM A SOLUÇÃO JURÍDICA ADOTADA PELA CORTE LOCAL. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO À PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO VITALÍCIO. FUNDAMENTO INATACADO. MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO FIRMADA. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA, NESSA EXTENSÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo manejado por MARINA ELISABETE ARAÚJO contra decisão da Terceira Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao recurso especial aos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 2.955/2.970): *(i)* a alegação de ofensa aos artigos 5.º e 202 da Constituição Federal foi deduzida em sede imprópria, nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça; *(ii)* a teor da jurisprudência desta Casa, em sede de recurso especial não se analisa possível ofensa a dispositivos de Resoluções, Portarias, Regulamentos ou Circulares, visto que tais atos normativos não são considerados Lei Federal, aptos a ensejarem a admissibilidade do recurso especial nos termos do art. 105, III, "a", da Constituição Federal; *(iii)* relativamente aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor indicados pela parte recorrente, aplica-se o entendimento consolidado na Súmula 563/STJ; *(iv)* nem todas as disposições legais invocadas e alegações da parte recorrente foram ventiladas no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ; *(v)* acerca dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, não há se falar nas omissões indicadas; *(vi)* no que se refere à controvérsia em torno da legitimidade passiva da patrocinadora, o aresto reclamado está em conformidade com a orientação traçada no Recurso Especial n. 1.370.191/RJ, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, vinculado ao Tema n.º 936/STJ, o que atrai a incidência do verbete sumular n.º 83/STJ; *(vii)* no mérito, a pretensão esbarra nos óbices das Súmulas 283/STF, bem como 05 e 07/STJ.

Em suas razões, o agravante alega a não aplicação dos óbices apontados pela decisão que inadmitiu o recurso especial.

Sustenta, ainda, que a tese firmada no Recurso Especial 1.370.191/RJ (Tema 936/STJ) destoa do presente caso.

Contraminuta de BRASKEM às e-STJ fls. 3.122/3.128.

Contraminuta de PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS às e-STJ fls. 3.129/3.150.

Não houve contraminuta de FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS (cf. e-STJ fl. 3.152).

É o relatório.

Passo a decidir.

De início, observo que foi negado seguimento ao recurso especial na parte em que este debatia a legitimidade passiva da patrocinadora, pois o aresto reclamado andou em conformidade com precedente paradigma firmado no Recurso Especial n. 1.370.191/RJ (Tema n.º 936/STJ).

Oportuno que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que inadmita recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo. Eis a redação do art. 1.042 do CPC/2015:

"Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos." (grifei).

De outro lado, passou a existir a previsão expressa de que o único recurso cabível ao caso é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de Origem, conforme norma contida no § 2.º do art. 1.030 do CPC/2015:

"Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: I – negar seguimento:

a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal

exarado no regime de repercussão geral; b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

[...]

III – sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional;

[...]

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021." (grifei)

Nesse contexto, diante da nova ordem processual vigente, esta Corte Superior entende como erro grosseiro a interposição de agravo em recurso especial contra a decisão que inadmitiu o recurso especial com base na conformidade do aresto reclamado com tese firmada em recurso especial representativo da controvérsia. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido

decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno. [...]

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015" (AREsp 959.991/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 26/08/2016, grifei).

Com isso, o agravo mostra-se incabível na parte em que o especial não foi admitido na origem porque o acórdão recorrido estava em conformidade com precedente do STJ firmado em recurso especial repetitivo, descabendo, portanto, nova discussão relativamente à legitimidade passiva da patrocinadora (Tema n.º 936/STJ).

No que tange aos demais aspectos da admissibilidade recursal exercida pela Corte *a quo*, vejo que o agravante impugnou especificamente os óbices apontados.

Então, o presente agravo segue conhecido apenas no ponto em que não admitido o recurso especial em relação às demais questões trazidas no apelo nobre.

Nesse passo, observo que o referido recurso especial foi manejado com base no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. BRASKEM. FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS. PRELIMINAR REJEITADA. Inicialmente, no que tange ao pedido de litisconsórcio passivo, este deve ser rejeitado, porquanto inexistente qualquer tipo de relação jurídica com a patrocinadora Petrobrás. Diante da ausência

de relação trabalhista e de qualquer vínculo com o autor, não há que se falar em solidariedade da Fundação ré com a ex-empregadora. MÉRITO. A retirada de patrocínio do plano Petros Copesul já se encontra devidamente homologada pela PREVIC, Órgão responsável pelo exame destas questões previdenciárias, inexistindo a possibilidade de invalidação de atos cancelados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

REJEITARAM A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME." (e-STJ fl. 2.657).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 2.701).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aduziu malferimento dos artigos 265, 275 e 942 do Código Civil/2002; 7.º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; 2.º, § 2.º, da Consolidação das Leis Trabalhistas; 34, § 2.º, da Lei n.º 6.435/77; e 13, § 1.º, da Lei Complementar n.º 109/2001 ao fundamento da legitimidade passiva da patrocinadora Petrobrás.

Indicou dissídio jurisprudencial quanto ao ponto.

Na sequência contrariedade dos artigos 489, II e § 1.º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, ao sustento de omissão relativamente à pretensão declaratória de titularidade do direito adquirido à percepção do benefício vitalício da suplementação de proventos que vem sendo paga pela Fundação Petros na forma do regulamento vigente na data de sua admissão na patrocinadora.

No mérito, asseverou afronta aos artigos 6.º, da LINDB; 17, 25 e 68, § 1.º, da Lei Complementar n.º 109/2001; 421, 422, 423 e 424 do Código Civil/2002; 9.º, 444 e 468 da Consolidação das Leis Trabalhistas; e 4.º, III, 6.º, V, 47 e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, defendendo o direito adquirido à percepção do benefício vitalício.

Por derradeiro, pleiteou a redistribuição do ônus sucumbencial em caso de provimento do recurso.

Contrarrazões de BRASKEM S/A às e-STJ fls. 2.782/2.796.

Contrarrazões de FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE

SOCIAL - PETROS às e-STJ fls. 2.807/2.830

Contrarrazões de PETROBRÁS às e-STJ fls. 2.848/2.879.

Como visto, as controvérsias em torno da legitimidade passiva da patrocinadora foi abarcada na decisão ora agravada, não tendo sido, no ponto, conhecido o presente agravo, por ser incabível.

Desse modo, passo à análise do recurso especial relativamente às demais matérias da parte conhecida do agravo.

Preliminarmente, analiso a alegada contrariedade aos artigos 489, II e § 1.º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, ao sustento de omissão relativamente à pretensão declaratória de titularidade do direito adquirido à percepção do benefício vitalício da suplementação de proventos que vem sendo paga pela Fundação Petros na forma do regulamento vigente na data de sua admissão na patrocinadora.

Contudo, não há se falar na omissão alegada.

Com efeito, consoante faz crer fragmento extraído do aresto reclamado, o Colegiado estadual enfrentou o tema sob o seguinte enfoque

"No mérito, a decisão foi adequadamente fundamentada pelo Julgador singular, de modo que, a fim de evitar desnecessária tautologia, peço vênia ao ilustre sentenciante para transcrever seu decisum, naquilo que interessa à análise das razões recursais, que ora adoto como razões de decidir:

A presente demanda perdeu seu objeto vez que o pedido de retirada do patrocínio do Plano Petros Copesul foi homologado pela PREVIC, com publicação em 02.10.2012, fato incontroverso nos autos.

A autora embasa sua pretensão na ocorrência de lesão aos seus direitos adquiridos. Entretanto, o pedido de manutenção dos autores no plano Petros Original, que era multipatrocinado, é faticamente impossível, já que se trata de um plano extinto. Ademais a separação de massas como a retirada de patrocínio de pleno de previdência, são atos vinculados à legislação vigente.

A Lei Complementar n.º 109/01, que rege a Previdência Privada, permite a cisão das entidades fechadas de previdência privada, desde que autorizada pelo órgão regulador e fiscalizador, respeitando igualmente os demais termos de suas disposições.

Dessa forma, a partir do momento em que a Superintendência

Nacional de Previdência Complementar homologou a retirada de patrocínio levada a efeito pelas demandadas, cuja legitimidade do procedimento restou referendada pela administração pública, cabia à requerente comprovar que a legislação não teria sido respeitada ou de que haveria equívoco nos valores pagos a cada participante relativo à provisão matemática de retirada, fatos estes que não restaram comprovados nos autos.

Salienta-se, ainda, inexistir comprovação de qualquer prejuízo decorrente da separação de massas. Incontroverso, por outro lado, que os beneficiários do plano, inclusive a autora, receberam, e recebem, integralmente a suplementação a que tinham direito.

Foi noticiado nos autos a rescisão (pela Braskem) do Termo de Retirada de Patrocínio, antes assinado, motivada por descumprimento contratual pela Petros. No entanto, o que se verifica é que em decisão posterior, foi decretada a intervenção no plano, sendo que a PREVIC deu andamento ao processo de retirada de patrocínio, mantendo-se a situação inicial.

Ademais, em que pese o pedido para declaração de titularidade de direito adquirido, como pretende a autora, tenho que se apresenta desnecessária a manifestação do juízo, pois, em tendo adquirido o direito e usufruído do mesmo, descabe qualquer declaração a respeito, salvo se premente tal necessidade em decorrência de lesão suportada pela autora, o que não é o caso dos autos.

Ademais, a questão não é nova nesta Corte:

[...]

Destaca-se ainda que a retirada de patrocínio do plano Petros Copesul já se encontra devidamente homologada pela PREVIC, órgão responsável pelo exame destas questões previdenciárias, inexistindo a possibilidade de invalidação de atos cancelados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar." (e-STJ fl. 2.663/2.667, grifei).

Como se vê, o Tribunal recorrido enfrentou e decidiu, de modo integral e com fundamentação suficiente, a controvérsia posta em torno da pretensão declaratória de titularidade do direito adquirido.

Nessa ordem de ideias, não se pode confundir julgamento desfavorável aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

No ponto, o inconformismo recursal revela-se como mera pretensão de rejugamento da causa tão-somente porque a solução jurídica adotada na origem foi desfavorável ao interesse da parte.

Destarte, não há se falar em violação dos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015.

No mérito, observo que a recorrente não refutou os fundamentos presentes no excerto supra.

Assim, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Portanto, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe óbice à pretensão recursal.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o valor fixado pelo juízo de piso (e-STJ fl. 2.559), a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente em R\$ 500,00 (quinhentos reais) aos patronos de cada uma das partes recorridas é medida adequada ao caso, observada a eventual anterior concessão da gratuidade judiciária.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I e II, "a", do Regimento Interno do STJ, conheço em parte do agravo para, nessa extensão, não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator